

A CONSTRUÇÃO DA CONJUGALIDADE A PARTIR DA COABITAÇÃO: RELATOS DE ADULTOS JOVENS

Giovanita Mitie Maesima

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil

Daniela Centenaro Levandowski

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre-RS, Brasil

Patricia Santos da Silva

Faculdade de Psicologia do CEFI, Porto Alegre-RS, Brasil

Adriana Wagner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil

RESUMO

A coabitação é cada vez mais comum entre adultos jovens nas sociedades ocidentais. Este estudo qualitativo buscou descrever a experiência de coabitação de oito casais adultos jovens, residentes no sul do Brasil. Os casais foram entrevistados conjuntamente. A análise temática dos dados gerou dois temas: Construção da identidade e do espaço conjugal e Aspectos positivos da coabitação. Destacaram-se como resultados o fato de a coabitação ainda não ser institucionalizada, não havendo rituais ou termos específicos para nomear esse status conjugal. Também ficou evidenciado o processo de construção do espaço e da identidade conjugal, sendo a coabitação descrita pelos participantes como benéfica por incrementar o compromisso e a intimidade conjugal em função do aumento da convivência. Enfatiza-se a importância de definição e pesquisa sobre esse fenômeno devido à sua relevância no ciclo vital, para a saúde conjugal e na prática clínica.

Palavras-Chave: Relações conjugais; Dinâmica de casal; Pesquisa qualitativa.

THE CONSTRUCTION OF CONJUGALITY THROUGH COHABITATION: REPORTS OF YOUNG ADULTS

ABSTRACT

Cohabitation is increasingly common among young adults in Western societies. This qualitative study sought to describe the experience of cohabitation of eight young adult couples living in southern Brazil. The couples were interviewed jointly. The thematic analysis of the data generated two themes: Construction of identity and conjugal space and Positive aspects of cohabitation. The results highlighted the fact that cohabitation is not yet institutionalized, with no specific rituals or terms to name this marital status. The process of construction of the marital space and identity was also evidenced, with cohabitation being described by the participants as beneficial for increasing commitment and marital intimacy due to the increase of marital interaction. It emphasizes the importance of defining and researching this phenomenon due to its relevance in the life cycle, for marital health and for clinical practice.

Keywords: Marital relations; Couple dynamics; Qualitative research.

LA CONSTRUCCIÓN DE LA CONYUGALIDAD DESDE LA COHABITACIÓN: RELATOS DE JÓVENES ADULTOS

RESUMEN

La cohabitación es cada vez más común entre los adultos jóvenes en las sociedades occidentales. Este estudio cualitativo tuvo el objetivo de describir la experiencia de la cohabitación de ocho parejas de adultos jóvenes que viven en el sur de Brasil. Las parejas fueron entrevistadas conjuntamente. El análisis temático de los datos generó dos temas: Construcción de la identidad y del espacio conyugal y Aspectos positivos de la cohabitación. Los resultados destacaron el hecho de que la cohabitación aún no está institucionalizada, sin rituales ni términos específicos para nombrar este estado civil. También se evidenció el proceso de construcción del espacio y de la identidad conyugal, siendo la cohabitación descrita por los participantes como positiva para aumentar el compromiso y la intimidad conyugal debido al aumento de la convivencia. Se destaca la importancia de definir e investigar este fenómeno por su relevancia en el ciclo de vida, para la salud conyugal y en la práctica clínica.

Palabras Clave: Relaciones conyugales; Dinámica de pareja; Investigación cualitativa.

A emancipação do jovem adulto, seguida da formação do casal, são apontados tradicionalmente como os primeiros estágios do ciclo vital da família (McGoldrick & Shibusawa, 2016; Ríos-González, 2011). Historicamente a etapa de formação do casal esteve associada ao casamento, sendo por meio dessa união que o novo casal atualizava seu *status* perante a sociedade e a família. Os papéis tradicionais de gênero e a heteronormatividade forneciam expectativas bem delineadas aos casais para essa transição. Dos homens era esperado o sustento financeiro e, das mulheres, o cuidado dos descendentes e do lar.

Contudo, mais recentemente, além de o casamento estar se tornando menos frequente, ele tem ocorrido mais tardiamente (McGoldrick, 2016). Em meio a isso, verifica-se a popularização da coabitação como arranjo familiar – aqui definida como a moradia conjunta de casais que não oficializaram o relacionamento por meio do casamento ou de uma união estável (Manning, 2020; Sassler & Lichter, 2020). Essa popularização tem sido vista na América Latina: no Chile, por exemplo, a coabitação já se tornou mais frequente que o casamento (Ramm & Salinas, 2019), o que demonstra que os casais, por motivos intrínsecos e/ou extrínsecos, têm iniciado a vida conjugal a partir de um percurso diferente.

A popularização da coabitação parece contribuir para reduzir estigmas e promover uma maior aceitação social deste tipo de relacionamento (Perelli-Harris et al., 2014), o que reverbera positivamente na saúde conjugal dos coabitantes (Pirani & Vignoli, 2016). Verifica-se uma associação entre aspectos socioeconômicos e o processo de formação do casal, estando o casamento cada vez mais atrelado a pessoas de níveis socioeconômicos mais altos e, geralmente, com idades mais avançadas (Perelli-Harris et al., 2014; Ramm & Salinas, 2019; Sassler & Lichter, 2020), enquanto que a coabitação, por não acarretar tantos custos (por exemplo, com rituais de celebração ou de bens materiais que os casais julguem relevantes obter ao se casar, tal como um imóvel), tem sido mais frequente, especialmente entre os mais jovens (Manning et al., 2019).

A formação do casal é considerada uma etapa relevante para a trajetória relacional futura (Karney & Bradbury, 2020) e, ao mesmo tempo, desafiadora, tendo em vista os diversos ajustes e negociações inerentes ao processo (McGoldrick, 2016; Ríos-González, 2011). Dentre estas mudanças, destacam-se aquelas de estrutura e função. A estrutura familiar é alterada na medida em que um indivíduo se emancipa da família de origem para constituir a própria família. Essa tarefa envolve o estabelecimento de limites bem delineados, de modo a garantir

o espaço do casal para a intimidade e o compromisso e, simultaneamente, manter os laços de afeto com as famílias de origem. Desse modo, a formação do casal implica também em algumas mudanças de função, com a renúncia de algumas mais associadas ao papel de filho(a) e a assunção de novos papéis/funções, como de parceiro(a), atualizando a forma de relacionamento com essas figuras.

Outro aspecto importante nessa etapa é a distinção entre estar unido e sentir-se unido. Enquanto estar unido se inicia pela mudança concreta (seja de casa, pelo início da coabitação, seja pela celebração de um ritual de casamento ou afim), para se sentir unido, é necessário se reconhecer emocionalmente envolvido e conectado ao outro (Ríos-González, 2011). A coabitação pode favorecer esse senso de conexão com o outro, como demonstrado por um estudo brasileiro que analisou qualitativa e longitudinalmente a transição para o casamento de casais que haviam previamente coabitado ou não. Os casais com vivência anterior de coabitação avaliaram o relacionamento de modo mais estável e apresentaram projetos parentais mais sólidos em comparação aos que se casaram diretamente (Menezes & Lopes, 2007). Essas díades que coabitavam pareciam já estar adentrando na etapa de formação do casal ao morarem juntos e, portanto, após se casarem, encontravam-se em um estágio desenvolvimental mais avançado que os demais.

Embora a coabitação se assemelhe ao casamento em alguns aspectos, também possui especificidades próprias. Porém, os achados parecem não ser conclusivos a esse respeito. Por exemplo, pesquisas brasileiras (Abreu & Almeida, 2015) e norte-americanas (Manning & Smock, 2005) apontaram a coabitação como sendo uma relação menos comprometida que o casamento e mais comprometida que o namoro. Contudo, estudo realizado com cinco mulheres cariocas indicou que estas consideravam a relação com o “namorado” – termo utilizado pelas autoras – como sendo de comprometimento, semelhante a um casamento (Duarte & Rocha-Coutinho, 2011).

Esses achados demonstram como a coabitação parece ainda carecer de contornos específicos por si só. Uma pesquisa qualitativa realizada com 115 adultos jovens norte-americanos revelou que os entrevistados tiveram dificuldades em apontar uma data precisa para o início da coabitação. Metade da amostra indicou que isso aconteceu naturalmente, a partir do aumento gradativo das noites passadas conjuntamente na casa de um dos membros do casal, não havendo uma decisão ponderada anterior. Do mesmo modo, o rompimento da coabitação também se caracterizou por contornos indefinidos. Além disso, notou-se uma ausência de um termo específico para designar o parceiro que coabita, o que revelou que este arranjo conjugal ainda não estava institucionalizado em meados dos anos 2000 (Manning & Smock, 2005).

Algumas pesquisas compararam as relações de namoro e de coabitação (Rhoades et al., 2012) ou de coabitação e de casamento (Perelli-Harris et al., 2019), com o objetivo de verificar diferenças nos resultados individuais (ex., bem-estar subjetivo) e/ou conjugais (ex., qualidade conjugal). Um estudo com 1.294 norte-americanos demonstrou que a coabitação se associou a maior comprometimento, comunicação negativa, agressão física e menor satisfação que o namoro sem coabitação. Contudo, tais resultados foram mitigados após o uso de controles (Rhoades et al., 2012). Outra pesquisa comparou o bem-estar subjetivo de pessoas casadas e em coabitação, utilizando amostras representativas do Reino Unido, Austrália, Alemanha e Noruega, a fim de verificar se a coabitação poderia trazer benefícios semelhantes aos indivíduos. Após o uso de controles (de seleção e de satisfação conjugal), os achados demonstraram similaridades nos ganhos do casamento e da coabitação para os indivíduos (Perelli-Harris et al., 2019).

Nesta perspectiva, um estudo alemão de cunho populacional, que avaliou 1.678 adultos que iniciaram um relacionamento entre 2002 e 2016, demonstrou que a saúde mental das mulheres foi beneficiada quando iniciavam um relacionamento amoroso. Contudo, não foram encontradas diferenças quando o relacionamento evoluía para coabitação ou casamento. Já para

os homens, apenas o casamento proporcionou melhoras à saúde mental. No que tange à saúde física, a longo prazo, estar em um relacionamento pareceu gerar um lento efeito cumulativo positivo para homens e mulheres (Rapp & Stauder, 2020).

Dados de 305 universitários nigerianos revelaram que, conforme o tempo de coabitação aumentava, a satisfação sexual e com o relacionamento também se ampliou e as medidas de solidão (dimensões social, familiar e amorosa) diminuíram (Lawal & Okereke, 2021). Por outro lado, uma investigação qualitativa realizada com 14 casais em coabitação de Gana revelou a pressão que os participantes sofreram da igreja, familiares, amigos e vizinhos para oficializar o casamento ou romper a relação, influenciados fortemente por aspectos culturais tradicionais. Naquele estudo, as repercussões da coabitação foram, em sua maioria, negativas, especialmente para as mulheres, tendo em vista a presença de violência e baixa qualidade conjugal (Obeng-Hinneh & Kpoor, 2022).

Essa inconsistência nos resultados das pesquisas pode ser influenciada por diferenças culturais e/ou históricas, assim como pode estar espelhando a diversidade de variáveis mensuradas. Infelizmente, a literatura brasileira sobre coabitação ainda é incipiente, o que torna difícil compreender como esta experiência é vivenciada pelos casais e quais as repercussões deste arranjo para os indivíduos e as díades. Com base no exposto, percebe-se a necessidade de investigar de forma mais detalhada as diferentes facetas da coabitação no que se refere à formação do casal, incluindo o processo de morar junto e suas repercussões sobre a relação. O conhecimento dessa realidade trará subsídios importantes para a prática clínica, no sentido de facilitar esse processo. Assim, este estudo objetivou descrever a experiência de coabitação de casais de adultos jovens do sul do Brasil. Mais especificamente, examinar a transição para a coabitação e seus demarcadores, bem como o processo de construção do espaço e identidade conjugal dos participantes.

MÉTODOS

DELINEAMENTO E PARTICIPANTES

Trata-se de um estudo qualitativo, transversal e exploratório (Breakwell et al., 2010). O delineamento exploratório foi escolhido pela escassez de estudos brasileiros sobre o tema.

Participaram do estudo oito casais, cuja idade dos membros variou de 23 a 35 anos (média: 27 anos - mulheres; 28 anos - homens), que moravam juntos em média há um ano e três meses (de seis meses a dois anos e oito meses). A maioria dos participantes se autodeclarou branca, não religiosa, com ensino superior completo ou pós-graduação e renda própria de até quatro salários-mínimos (considerando-se o valor vigente, em 2020, de R\$1.045,00). Os critérios de inclusão foram estar em uma relação heterossexual de coabitação iniciada há pelo menos seis meses e no máximo há três anos, ambos os membros do par conjugal serem adultos jovens (18 a 40 anos), não possuírem filhos e residirem em Porto Alegre e região metropolitana, constituindo-se uma amostra intencional (Fontanella et al., 2008).

INSTRUMENTOS

Aplicou-se um Questionário Sociodemográfico, desenvolvido pelas autoras, composto por 15 perguntas fechadas e abertas, que investigavam informações como idade, cor ou raça autodeclarada, nível socioeconômico, religiosidade, tempo total de relacionamento e de coabitação, e repercussões da pandemia no trabalho e na moradia, com o objetivo de caracterizar os participantes. Também se realizou uma entrevista semidirigida com o casal, com roteiro elaborado pelas autoras a partir da literatura revisada sobre a etapa de formação do casal e coabitação (Heckler & Mosmann, 2016; McGoldrick, 2016; Ríos-González, 2011). As perguntas abertas e exploratórias abordaram os seguintes temas: adaptação à coabitação, tarefas

domésticas, finanças, atividades de lazer, vida sexual, conflitos e resolução, família de origem, vivência da pandemia de COVID-19 e projetos futuros.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E ASPECTOS ÉTICOS

Os participantes foram acessados por meio da rede de contatos das autoras, via e-mail, e receberam uma explicação quanto aos objetivos, procedimentos e aspectos éticos do estudo. Após o aceite para participar da pesquisa, enviou-se o questionário sociodemográfico por e-mail e agendou-se a entrevista conjunta, realizada de forma presencial ou on-line, conforme a preferência dos casais. Seis casais foram entrevistados presencialmente (residência ou consultório privado de uma das autoras) e dois casais de forma on-line (plataforma Google Meet). Nesta ocasião, os aspectos éticos foram mais uma vez expostos e as assinaturas referentes ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram recolhidas. Na modalidade on-line, um casal assinou os termos digitalmente e o outro, presencialmente.

As entrevistas tiveram duração média de 2h02min (57min – 4h19) e foram gravadas em áudio, com a permissão dos participantes. Informações sensíveis, que poderiam identificar os casais, foram modificadas ou ocultadas. A coleta de dados foi realizada entre junho e novembro de 2020. O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (parecer nº 4.143.492).

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição integral das entrevistas, estas foram importadas para o *software* NVivo 14 para a realização de análise temática reflexiva de orientação indutiva (Braun et al., 2019), feita em colaboração por duas autoras. O processo da análise temática percorreu as seguintes etapas: a) familiarização com as informações coletadas, que foi facilitada considerando que a condução e transcrição das entrevistas foi realizada por uma das autoras, além de o material ter sido lido recorrentemente, tomando-se notas sobre informações interessantes; b) posteriormente, realizou-se a codificação inicial dos aspectos destacados; c) os códigos foram agrupados em temas possíveis; d) esses temas foram revisados, com a finalidade de verificar se as codificações estavam alinhadas aos temas elencados, além de ter sido feito um mapa temático provisório; e) efetuou-se a definição e a nomeação dos temas, visando refinar as especificidades de cada um, e desenhou-se o mapa temático final. A análise foi revisada por outras duas autoras, que avaliaram a coerência e adequação dos nomes dos temas e subtemas, sugerindo alterações que contribuiriam para o seu refinamento.

RESULTADOS

Dois temas resultaram da análise temática das entrevistas: Construção da identidade e do espaço conjugal - desdobrando-se em quatro subtemas - e Aspectos positivos da coabitação - com dois subtemas.

TEMA 1: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO ESPAÇO CONJUGAL: “NÓS DOIS [MORANDO] JUNTOS FUNCIONAMOS MUITO MELHOR DO QUE JUNTOS, MAS MORANDO EM CASAS SEPARADAS”

O primeiro tema aborda a construção conjugal que foi se estabelecendo a partir do início da coabitação. Os dois primeiros subtemas revelam a não institucionalização da coabitação, demarcando diferenças com o casamento, por exemplo. Mais do que isso, demonstram especificidades deste tipo de relação, que ainda possui contornos pouco definidos e, portanto, apresenta novas possibilidades de organização e constituição dos próprios rituais, nomenclaturas e padrões. Na sequência, os demais subtemas ilustram o desenvolvimento conjugal propiciado a partir da maior convivência a dois. Embora o início da coabitação seja demarcado a partir de uma data específica e da presença de um novo espaço físico, desenvolver

o próprio jeito do casal e conseguir se “sentir em casa” ocorreu paulatinamente, conforme os últimos subtemas revelam.

SUBTEMA 1.1: RITUAIS E DATAS DO INÍCIO DA COABITAÇÃO

Ao serem questionados sobre o início da coabitação, todos os casais, com exceção de um, não recordaram imediatamente a data: “Pior que eu não lembro” (Bárbara); “Tem um dia, mas a gente não lembra qual que foi o dia exato” (Erick). Contudo, aos poucos, foram rememorando acontecimentos importantes próximos no tempo que os ajudaram a apontar uma data provável, ou consultaram mensagens de texto que os auxiliaram a se certificar sobre isso. Interessante mencionar que iniciar o pagamento de algumas das despesas da casa e sair da casa dos pais foram aspectos demarcadores dessa mudança de status conjugal: “O mais impactante é que eu comecei a pagar conta” (Diana). De todo modo, os entrevistados apontaram não ser essa uma data comemorada entre eles. Nesta perspectiva, um dos participantes indicou, inclusive, que a data do início da coabitação não era significativa, pois ocorreu de forma processual: “Eu não tenho essa visão talvez de pontos de marcação. Para mim, é um processo que me pareceu muito fluido na nossa história” (Felipe).

Contudo, dois casais (A e G) realizaram um chá de casa nova, que ritualizou o início da coabitação, com a presença de amigos e familiares. Outro casal mencionou o desejo de ter feito um chá de casa nova ou alguma cerimônia, o que foi adiado por questões financeiras.

SUBTEMA 1.2: HETEROGENEIDADE DE NOMEAÇÃO DA RELAÇÃO

Observou-se uma diversidade de termos e até mesmo certa dificuldade em nomear tanto o parceiro quanto o relacionamento estabelecido a partir da coabitação. Sete termos diferentes foram mencionados para se referir ao parceiro(a) e/ou apresentá-lo(a) em público: namorado(a), namorido(a), companheiro(a), noivo(a), esposa, mulher e marido. Metade dos casais se definiu mutuamente como namorados. Uma das explicações para esta designação foi a intenção de oficializar o casamento posteriormente: “A gente ainda se denomina como namorado, porque a gente ainda tem vontade de ter essas outras etapas [noivado e casamento] mesmo morando juntos” (Amanda).

A ausência de um termo específico e socialmente reconhecido para designar a coabitação permitiu alterar o termo em situações mais formais: “De vez em quando eu falo no contexto de empresa ‘Ah, a minha esposa’.” (Bernardo). “Se é alguém que eu não conheço, aí eu acho melhor [falar ‘meu marido’] do que ficar explicando ‘Ah, é meu namorado que mora comigo e nã-nã-nã’.” (Fernanda).

Para alguns participantes, considerar o(a) parceiro(a) como namorado(a) não pareceu dar conta da condição de coabitação, como se esta designasse um novo status da relação: “Acho que só namorado é uma coisa um pouco mais... Um level abaixo. E daí, tentando definir o que que é: a gente não é casado formalmente, aí encontrei no ‘Companheira’ uma definição melhor” (César). Assim, o uso do termo “companheira” demonstraria maior compromisso com o relacionamento do que “namorada”: “Porque não é mais um namoro, sabe? Existe um comprometimento muito maior” (César). Mesmo reconhecendo um novo status da relação, semelhante a um casamento, alguns casais, por hábito, ainda utilizavam a designação de “namorado(a)”. “É casado que a gente fala, na verdade, entre nós. Nós nos consideramos casados, eu acho, né?! (Erick). É, isso é engraçado, porque se alguém pergunta eu não necessariamente falo ‘Ah, eu moro junto com o meu namorado’, não, ‘A gente é casado’. Mas eu nunca apresento ele como marido, sabe? (Estela).

A inexistência de um termo preciso e socialmente aceito para essa designação gerou incômodo em alguns participantes: “Me incomodava [a forma] como a gente nomeava a nossa relação depois que a gente se mudou, porque ‘Ah, esse é meu namorado’... Eu me sentia muito adolescente” (Gisele). Vieses linguísticos e culturais parecem influenciar nesta questão, pois

um casal estrangeiro indicou que, em seu país de origem, existem definições claras sobre quando utilizar cada termo. Desta forma, este casal rapidamente conseguiu indicar que se nomeavam como namorados, revelando o estranhamento pela variação dos termos usados no Brasil.

SUBTEMA 1.3: CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO CONJUGAL

A construção do espaço conjugal foi primeiramente reconhecida pela diferenciação dos participantes em relação às suas famílias de origem:

Quando a gente se mudou, eu tinha a sensação de que a gente estava de férias, que era algo que ia ser temporário. E aí, daqui a pouco quando a gente viu não tinha mais a sensação de férias, sabe? Era a nossa casa. E a gente sentia falta da nossa casa quando estava nos nossos pais. [...] A ideia de a gente poder se construir enquanto indivíduo separado da nossa família e dentro de um novo espaço foi algo marcante! (Gisele).

De fato, a autonomia do próprio lar foi reconhecida como distinta de quando viviam com os pais: “Eu morava com os meus pais, a casa é bem maior, tem mais espaço, mas nunca é o teu lugar.” (Erick). “É diferente de quando tu mora na casa dos teus pais. [...] Você escolheu... quer estar aqui. A gente constrói isso juntos, faz escolhas juntos para que isso dê certo.” (Gabriel). Inclusive, revelaram que, quando retornavam à casa dos pais, sentiam falta do próprio lar e espaço privado com o parceiro: “Quando a gente visita os nossos pais [...] geralmente a gente acaba [...] se cansando, porque a gente sente falta de ter o nosso espaço.” (Amanda). “É, a gente sente falta de estar só nós, na nossa casa.” (André). “Com o nosso cachorro.” (Amanda).

Concomitantemente à construção do espaço físico, também foi se formando a noção de família para os casais, o que incluiu, para alguns deles, os animais de estimação. Eles foram frequentemente citados como uma responsabilidade compartilhada pelo casal, preparatória para a parentalidade, e fonte de alegria do lar: “Tu assumiu o Félix.” (Fernanda). “O Félix é o Shih-tzu. Ela até dizia que era o enteado, agora eu chamo de meu filho.” (Felipe). “É o cachorrinho, é o nosso filho.” (Fernanda).

Assim, percebe-se que os animais de estimação também contribuíram para a criação do senso de uma nova família. Embora este processo de construção tenha sido agradável para os participantes: “Eu gostei bastante da experiência de construir isso aqui [ambientes, refere-se à reforma de um quarto] junto com ela” (Daniel); também demandou ajustamentos:

Uma coisa importante que a gente foi lapidando também ao longo do tempo é o espaço de cada um, porque assim como ela tinha uma rotina, a rotina dela era bem diferente da minha [...]. Acho que pra começar a morar junto, as pessoas têm que estar bem alinhadas [...] se tu quer estar com a pessoa, tu vai ter que te moldar a algumas coisas e chegar numa rotina em que ambos estão felizes. Então, acho que isso é o que mais pesa: a tua capacidade de ser flexível, de entender o outro, de modificar a tua vida pra ter uma vida com a outra pessoa. (César)

Dessa forma, o presente subtema ilustra o processo de reconhecimento do novo espaço do casal, primeiramente evidenciado a partir do estranhamento nas visitas à casa dos pais. Essa construção do espaço conjugal foi compreendida como processual, requerendo ajustes e flexibilidade dos parceiros. Os benefícios de terem o próprio espaço foram frequentemente citados pelos participantes, sendo que, aos poucos, foi-se desenvolvendo também o senso de família a partir dessa noção de espaço compartilhado:

Eu sempre quis muito ter essa sensação de ter uma família, de eu e o Erick sermos uma família. Fazer coisas em casa, tipo um almoço juntos nós dois, curtir o apartamento, ter essa rotina no final de semana era algo muito importante pra mim. E ter o nosso espaço, que fosse o nosso espaço mesmo, que os dois se sentissem realmente em casa. (Estela)

SUBTEMA 1.4: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CONJUGAL

Este subtema abarcou as impressões dos participantes sobre a trajetória conjugal, revelando que conseguiram criar, a partir da co-residência, um jeito próprio de ser casal. O amadurecimento foi relatado pelos casais, demonstrando a percepção de um desenvolvimento conjunto: “A gente cresceu bastante enquanto casal” (Amanda). O referido jeito do casal foi expresso a partir da adoção de uma rotina funcional.

Essa construção conjugal foi percebida como um ganho da experiência de coabitar: “Facilita muito pra ambos essa questão de a gente estar dividindo um lar, de ter o nosso cantinho, as nossas coisas, de fazer as coisas do nosso jeito.” (Claudia). “[A rotina] faz sentido, a gente se reconhece, a gente quer estar aqui” (Gabriel).

Os familiares também identificaram e validaram tal diferenciação do casal:

É interessante porque também os outros reconhecem a gente, tipo ‘Ah, vocês são assim’. Na minha família tem as coisas, ‘Mas vocês são meio diferentes’. Então, existe um ‘A gente’. Existe nós dois, na casa que é nossa, nesse jeito que é nosso. Isso eu acho que foi algo construído. E eu vejo que a nossa relação é construída assim. (Gisele)

Finalmente, observou-se que a construção da identidade conjugal beneficiou o alinhamento de objetivos, o que sugere que a coabitação, além de ter aumentado o comprometimento da relação, também permitiu vislumbrar mais facilmente um futuro para o casal:

A gente conseguiu alinhar muito mais nossos objetivos.” (Bernardo)

“Eu acho que a gente conseguiu enxergar melhor várias coisas, que a gente quer para o nosso futuro. [...] A gente morando juntos conseguiu ir muito além assim de planejar coisas às vezes que nunca saíam. (Amanda)

TEMA 2: ASPECTOS POSITIVOS DA COABITAÇÃO: “A GENTE SE TORNOU MAIS COMPANHEIRO, MAIS PARCEIRO, MAIS AMIGO, MAIS PRÓXIMO”

O segundo tema reúne impressões positivas dos entrevistados acerca da experiência de coabitação, sendo composto por dois subtemas. Em síntese, os participantes demonstraram estarem satisfeitos com a convivência, apesar de também relatarem os desafios que envolvem a adaptação à coabitação: “É leve.” (Helena). “Foi um alívio quando a gente começou a morar junto” (Estela). “É legal.” (André). “É bem bacana tu conviver com a pessoa que tu ama, que tu quer estar junto.” (Claudia). “Foi bem estranho pra mim, um estranho bom também.” (Diana). Em suma, a coabitação possibilitou um aumento do convívio e das demonstrações de afeto, fortalecendo os vínculos de intimidade e compromisso dos casais.

SUBTEMA 2.1: COMPROMETIMENTO E APOIO

Iniciar a coabitação foi considerado pelos participantes como um demonstrativo de comprometimento com a relação: “Existe um comprometimento muito maior [...]. Não tem uma cobrança. Ela quer estar comigo mesmo, ela não seria tão incisiva pra gente se mudar se não quisesse nada comigo. Acho que deu uma segurança a mais, uma confiança.” (César). “A gente está junto porque a gente realmente quer estar junto. A gente aposta um no outro, a gente gosta um do outro, porque senão, a gente não estaria junto.” (Fernanda).

O fato de a convivência envolver desafios reforçou ainda mais a escolha dos parceiros em seguirem no relacionamento: “As pessoas têm que querer estar junto, porque é desafiador e se os dois não quiserem não tem como dar certo. Acho que é isso também, de ter a certeza de que ele está comigo.” (Claudia). “Para mim pesa muito, o Gabriel escolheu estar ao meu lado, contando que ele podia ter escolhido não estar [...] só que ele escolheu estar aqui, então eu também escolho estar ao lado dele e vamos construir algo juntos.” (Gisele).

Em casais com mais tempo de relacionamento, também se observou que o parceiro foi considerado fonte de segurança: “Uma coisa que a gente aprendeu morando juntos é que muda o cenário, [...] pode ser que a nossa relação mude, mas a gente segue juntos [...]. Ter o Gabriel comigo me faz sentir segura em relação ao futuro” (Gisele). Nesta perspectiva, os casais também revelaram fornecer apoio e suporte um para o outro: “A gente dá bastante suporte um pro outro.” (André). “A gente teve momentos bem difíceis juntos e a gente se ajuda. Acho que tanto eu ajudo o Felipe nessa parte mais financeira para ele ter um equilíbrio maior, e o Felipe me ajudou muito no meu equilíbrio emocional.” (Fernanda).

Tal suporte mútuo foi reconhecido durante as entrevistas: “[A Fernanda] foi muito carinhosa, acolhedora, me incentivou, me puxou bastante.” (Felipe)

SUBTEMA 2.2: COMPANHEIRISMO E PARCERIA

Além do aumento do comprometimento e do apoio compartilhado, os casais também notaram maior companheirismo a partir da coabitação: “A gente tá aprendendo a curtir mais da companhia um do outro.” (Amanda). “A gente se aproximou mais. Conseguimos nos entender mais em alguns sentidos.” (Bárbara). “Acho que o que mudou depois que a gente se tornou um casal que mora juntos foi isso de ser mais companheiro, de ser mais parceria. Tipo, nem todo dia a gente pode estar 50% cada um, então tem dias que alguém vai ter que estar 80% e o outro só pode dar 20%, né, para tornar a relação possível. E são coisas que só vivendo [...]. A gente só aprende sendo gente que mora junto, sabe?” (Gisele).

Esse maior companheirismo favoreceu o desenvolvimento da intimidade e da empatia entre os membros do casal: “A vida não é mais só tua, é a tua vida junto com outra pessoa. Eu tento sempre me colocar no lugar do outro e [...] levar em consideração como que o outro vai se sentir com aquela atitude” (Claudia). Diversas falas demonstraram que a proximidade com o parceiro foi considerada um dos aspectos mais positivos da coabitação: “O fato da gente estar junto aqui todo dia já é algo positivo [...]. Eu acho muito positivo, porque a gente tá sempre à disposição um do outro e a gente gosta de estar um com o outro.” (Daniel). “A possibilidade de estar sozinha no quarto e ir pra sala fazer companhia, receber um carinho, acho que essa foi a parte mais positiva, principalmente, vindo de uma relação à distância.” (Diana). “[O que é positivo em coabitar é ter] menos tempo separado (risos). Eu sou meio grudento, sabe?!” (Felipe). “Eu amo estar junto com ele, então quanto mais tempo a gente tiver junto, mais eu vou estar feliz. Para mim isso é uma coisa muito boa, saber que ele está ali, saber que eu não estou sozinha e que eu estou com alguém que faz muito sentido na minha vida.” (Estela).

Além de gostarem de estar na companhia do parceiro, alguns participantes também indicaram que não gostariam de estar/morar sozinhos: “Eu não consigo ficar sozinho, nunca consegui” (Erick). Em síntese, verifica-se que as demonstrações de carinho e afeto foram valorizadas pela maioria dos participantes, sendo a proximidade e o companheirismo considerados aspectos benéficos da coabitação. A vivência da coabitação também auxiliou no ajustamento conjugal, na medida em que os participantes buscavam considerar mais o ponto de vista alheio e serem mais parceiros.

DISCUSSÃO

Este estudo possibilitou verificar as descrições de oito casais acerca da experiência de coabitar, abrangendo a construção da conjugalidade propiciada a partir de tal experiência. A não institucionalização da coabitação foi constatada, na medida em que esta ainda não possui um ritual específico para demarcar seu início - embora alguns casais tenham realizado um chá de casa nova - nem termos específicos para designar o(a) parceiro(a) e o relacionamento. Em síntese, os casais avaliaram positivamente a experiência de coabitar, especialmente considerando o aumento do compromisso e da intimidade.

O início da coabitação é demarcado concretamente pelo compartilhamento do espaço conjunto, isto é, da construção de um lar. Notou-se que os participantes mais jovens citaram com mais frequência o estranhamento e o desejo de retornar ao próprio lar, quando visitavam suas famílias de origem, o que se mostra coerente com a teoria do ciclo vital da família (McGoldrick, 2016; Ríos-González, 2011). Isto porque eles, provavelmente, estavam transitando da etapa de emancipação do jovem adulto para a de formação do casal. Assim, é possível que os momentos de retorno à casa da família de origem tenham ajudado a assimilar a mudança de estrutura familiar ocorrida, conforme descrito por Ríos-González (2011).

Possuir um espaço comum de moradia foi um sinalizador do início da construção da própria família para alguns participantes, sendo bastante frequente a menção sobre os animais de estimação que passaram a ser cuidados conjuntamente pelo casal. Outros estudos (Aguiar & Alves, 2021; Bernardi et al., 2018) também citaram os pets como membros da família e consideraram que os cuidados prestados contribuíram na decisão de ter ou não filhos, e na preparação para a parentalidade para aqueles que possuíam este plano.

O subtema do espaço conjugal antecedeu o da identidade conjugal, seguindo a mesma lógica apontada por Ríos-González (2011) ao diferenciar o senso de estar unido e de se sentir unido, presentes na etapa de formação do casal. Nota-se que, concomitantemente à acomodação à nova etapa da relação, foi-se desenvolvendo um afinamento entre o casal, percebido por meio do estabelecimento da rotina e de um “jeito próprio” de funcionamento, assim como pelo alinhamento dos objetivos em comum. Tudo isso beneficiou o senso de conexão emocional entre os parceiros (Ríos-González, 2011).

Embora o início da coabitação seja reconhecido como uma etapa desafiadora (Rhoades et al., 2012), de modo geral, os participantes avaliaram positivamente essa experiência. Vale apontar que não foram apenas relatados os ganhos obtidos (os desafios mencionados encontram-se em estudo já aceito para publicação), mas, quando convidados a descrever a experiência de coabitação, os casais tenderam a reportar com mais detalhes e de forma mais enfática os seus benefícios. Esse resultado se mostra consistente com pesquisas internacionais que reportaram os ganhos associados à coabitação (Lawal & Okereke, 2021) ou à entrada em um relacionamento conjugal, seja ele de namoro, coabitação ou casamento (Perelli-Harris et al., 2019; Rapp & Stauder, 2020).

Assim como indicado em pesquisas nacionais e internacionais (Abreu & Almeida, 2015; Duarte & Rocha-Coutinho, 2011; Ramm & Salinas, 2019; Rhoades et al., 2012), a transição do namoro para a coabitação significou um aumento do compromisso para os casais. O compromisso é uma das dimensões da qualidade conjugal, a qual abrange também a intimidade, a satisfação, a afetividade e a sexualidade. O compromisso diz respeito ao grau de engajamento dos parceiros no relacionamento, considerando o cumprimento de acordos, a assunção de responsabilidades e o apoio mútuo. A intimidade envolve a presença de proximidade, conexão e abertura emocional. Já a satisfação é descrita como uma avaliação global dos parceiros frente ao relacionamento (Delatorre & Wagner, 2021). Assim, o segundo tema do estudo descreveu, em alguma medida, essas três dimensões da qualidade conjugal, ao revelar que o(a) parceiro(a) foi considerado(a) fonte de suporte e de segurança, ao indicar o

desejo de proximidade e o prazer em desfrutar da companhia mútua, bem como ao descrever o aumento da intimidade entre o casal e uma avaliação geral positiva do relacionamento.

A não institucionalização da coabitação foi verificada por meio de diferentes achados, tais como a dificuldade dos casais em rememorar uma data de início da co-residência, revelando talvez uma menor valorização deste aspecto ou mesmo uma distinção da data de casamento ou até mesmo do primeiro encontro. Tal achado concorda com aqueles de um estudo realizado com adultos jovens norte-americanos (Manning & Smock, 2005). Além disso, a ausência de um termo específico para designar o(a) companheiro(a) e o relacionamento também reflete essa menor institucionalização da coabitação, o que abriu possibilidades aos casais para utilizarem distintos termos, em conformidade com a sua percepção frente à situação conjugal em que se encontravam.

Embora ainda não exista um termo socialmente aceito para designar os coabitantes, é importante que essa distinção seja adotada em pesquisas. Em algumas investigações não são diferenciados coabitantes casados daqueles não casados, o que pode ser problemático, dadas as particularidades de cada modalidade. O acúmulo de dados sobre a coabitação poderia ser consideravelmente mais amplo se ela fosse reconhecida como um fenômeno próprio, que merece pesquisas específicas, conforme defendido por Manning (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que este estudo trouxe contribuições ao demarcar especificidades da coabitação, auxiliando a compreender como esta é descrita por casais co-residentes no sul do Brasil. O uso do método qualitativo para a investigação deste tema permitiu obter uma riqueza de informações não acessíveis por outro método. Por exemplo, conhecer o termo que os casais mais consideram apropriado para designar o(a) parceiro(a) e entender suas motivações e sentimentos relacionados a tal uso só foi possível por meio das entrevistas em profundidade.

Contudo, estudos quantitativos são necessários para avaliar se a popularização da coabitação verificada internacionalmente também ocorre no Brasil e quais as características desse estado conjugal. Ainda, outra limitação do estudo diz respeito às características dos participantes, todos casais heterossexuais, residentes no sul do Brasil, majoritariamente brancos e de classe econômica média-alta. Entende-se que o processo de coabitação pode operar de maneira muito distinta em diferentes realidades sociais, econômicas e culturais, como apontado por uma revisão de literatura recente acerca da satisfação e estabilidade de relacionamentos afetivos (Karney & Bradbury, 2020). Em função disso, pesquisas futuras deveriam incluir amostras mais diversificadas no que concerne à orientação sexual dos casais, à localidade geográfica da moradia, à etnia e ao nível socioeconômico, que podem repercutir significativamente na maneira como os casais vivenciam essa etapa desenvolvimental.

Também o fato de os casais demonstrarem, em geral, satisfação com o relacionamento pode ser considerado um viés da amostra, tendo em vista que esses são mais propensos a participar de pesquisas do que aqueles que estejam atravessando dificuldades conjugais. Assim, esse aspecto deve ser considerado ao se avaliar os resultados encontrados.

De maneira geral, entende-se que o presente estudo trouxe contribuições relevantes para o estabelecimento de definições acerca do fenômeno da coabitação em casais jovens não casados, apontando aspectos que concernem a esta importante etapa do ciclo vital familiar na realidade brasileira. Desse modo, pode contribuir para o aprimoramento da prática clínica com casais coabitantes e com o refinamento das pesquisas nacionais nesta área.

REFERÊNCIAS

- Abreu, R. L. M., & Almeida, L. S. (2015). Posicionamentos de homens em uma relação de coabitação. *Memorandum*, 29, 153-167. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6475>
- Aguiar, M. S., & Alves, C. F. (2021). A família multiespécie: Um estudo sobre casais sem filhos e tutores de pets. *Pensando Famílias*, 25(2), 19-30. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Bernardi, D., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2018). Entre o desejo e a decisão: A escolha por ter filhos na atualidade. *Contextos Clínicos*, 11(2), 161-173. <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.112.02>
- Braun, V., Clarke, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019). Thematic analysis. In P. Liamputtong (Ed.), *Handbook of Research Methods in Health Social Sciences* (pp. 843-860). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-5251-4_103
- Breakwell, G. M., Hammond, S., Fife-Schaw, C., & Smith, J. A. (2010). *Métodos de Pesquisa em Psicologia*. Artmed.
- Delatorre, M. Z., & Wagner, A. (2021). A relação conjugal na perspectiva de casais. *Ciências Psicológicas*, 15(1), 1-20. <https://doi.org/https://doi.org/10.22235/cp.v15i2.2355>
- Duarte, J. P., & Rocha-Coutinho, M. L. (2011). “Namorido”: Uma forma contemporânea de conjugalidade? *Psicologia Clínica*, 23(2), 117-135. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000200008>
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2008000100003>
- Heckler, V. I., & Mosmann, C. P. (2016). A qualidade conjugal nos anos iniciais do casamento em casais de dupla carreira. *Psicologia Clínica*, 28(1), 161-182. <http://www.redalyc.org/pdf/2910/291045794009.pdf>
- Karney, B. R., & Bradbury, T. N. (2020). Research on marital satisfaction and stability in the 2010s: Challenging conventional wisdom. *Journal of Marriage and Family*, 82, 100-116. <https://doi.org/10.1111/jomf.12635>
- Lawal, A. M., & Okereke, C. G. (2021). Relationship satisfaction in cohabiting university students: Evidence from the role of duration of cohabitation, loneliness and sex-life satisfaction. *Vulnerable Children and Youth Studies*, 16(2), 134-143. <https://doi.org/10.1080/17450128.2020.1842574>
- Manning, W. D. (2020). Young adulthood relationships in an era of uncertainty: A case for cohabitation. *Demography*, 57(3), 799-819. <https://doi.org/10.1007/s13524-020-00881-9>
- Manning, W. D., & Smock, P. J. (2005). Measuring and modeling cohabitation: New perspectives from qualitative data. *Journal of Marriage and Family*, 67(4), 989-1002. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2005.00189.x>
- Manning, W. D., Smock, P. J., & Fetto, M. N. (2019). Cohabitation and marital expectations among single millennials in the U.S. *Population Research and Policy Review*, 38(3), 327-346. <https://doi.org/10.1007/s11113-018-09509-8>
- McGoldrick, M. (2016). Becoming a couple: The joining of families. In M. McGoldrick, N. G. Preto, & B. Carter (Eds.), *The expanding family life cycle: individual, family and social perspectives* (5th ed., pp. 259-279). Pearson.
- McGoldrick, M., & Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. In F. Walsh (Ed.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (4th ed., pp. 375-398). Artmed.
- Menezes, C. C., & Lopes, R. C. S. (2007). A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(1), 52-63. <https://doi.org/https://doi.org/10.7322/jhgd.19814>

- Obeng-Hinne, R., & Kpoor, A. (2022). Cohabitation and its consequences in Ghana. *Journal of Family Issues*, 43(2), 283-305. <https://doi.org/10.1177/0192513X21994155>
- Perelli-Harris, B., Hoherz, S., Lappegård, T., & Evans, A. (2019). Mind the “happiness” gap: The relationship between cohabitation, marriage, and subjective well-being in the United Kingdom, Australia, Germany, and Norway. *Demography*, 56(4), 1219-1246. <https://doi.org/10.1007/s13524-019-00792-4>
- Perelli-Harris, B., Mynarska, M., Berrington, A., Berghammer, C., Evans, A., Isupova, O., ... Vignoli, D. (2014). Towards a new understanding of cohabitation: Insights from focus group research across Europe and Australia. *Demographic Research*, 31(1), 1043-1078. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2014.31.34>
- Pirani, E., & Vignoli, D. (2016). Changes in the satisfaction of cohabitators relative to spouses over time. *Journal of Marriage and Family*, 78(3), 598-609. <https://doi.org/10.1111/jomf.12287>
- Ramm, A., & Salinas, V. (2019). Beyond the second demographic transition: Cohabitation in Chile. *Journal of Comparative Family Studies*, 50(1), 75-97. <https://doi.org/10.3138/jcfs.041-2017>
- Rapp, I., & Stauder, J. (2020). Mental and physical health in couple relationships: Is it better to live together? *European Sociological Review*, 36(2), 303-316. <https://doi.org/10.1093/esr/jcz047>
- Rhoades, G. K., Stanley, S. M., & Markman, H. J. (2012). The impact of the transition to cohabitation on relationship functioning: Cross-sectional and longitudinal findings. *Journal of Family Psychology*, 26(3), 348-358. <https://doi.org/10.1037/a0028316>
- Ríos-González, J. A. (2011). *Los ciclos vitales de la familia y la pareja ¿Crisis u oportunidades?* (2nd ed.). Editorial CCS.
- Sassler, S., & Lichter, D. T. (2020). Cohabitation and marriage: Complexity and diversity in union-formation patterns. *Journal of Marriage and Family*, 82(1), 35-61. <https://doi.org/10.1111/jomf.12617>

Submetido: 29/11/2022
Reformulado: 30/01/2023
Aprovado: 01/02/2023

Sobre as autoras:

Giovanía Mitie Maesima é mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Daniela Centenaro Levandowski é docente dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde e em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq).

Patricia Santos da Silva é Psicóloga Clínica e docente na Faculdade do CEFI de Porto Alegre.

Adriana Wagner é docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPq).

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Correspondência: giovaniamitie@gmail.com